Primeiro bimestre registra alta de 12,7% nas denúncias; solução de conformidade socioambiental da CNseg utiliza cruzamento de dados públicos para monitorar riscos nas cadeias produtivas

Ferramenta desenvolvida pela CNseg voltada ao monitoramento socioambiental têm ganhado espaço no setor de seguros. Entre elas está a Solução de Conformidade Socioambiental desenvolvida pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), para apoiar o processo de subscrição com base em critérios ambientais, sociais e de governança (ASG).

O Brasil registrou forte aumento nas denúncias de trabalho análogo à escravidão no início de 2026. Dados do Ministério Público do Trabalho (MPT) mostram que foram formalizadas 733 denúncias, sendo 522 apenas entre janeiro e fevereiro, alta de 12,7% em relação ao mesmo período de 2025. No mesmo intervalo, 271 trabalhadores foram resgatados em operações de fiscalização, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o que representa cerca de 10% de todos os resgates registrados ao longo de 2025.

Embora o fenômeno seja historicamente marcado pela subnotificação, sobretudo em contextos domésticos e urbanos, os números indicam aumento na formalização de denúncias neste início de ano, o que reacende o debate sobre instrumentos de monitoramento nas cadeias produtivas.

Ferramentas de monitoramento

Nesse cenário, ferramentas voltadas ao monitoramento socioambiental têm ganhado espaço no setor de seguros. Entre elas está a Solução de Conformidade Socioambiental desenvolvida pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), voltada a apoiar o processo de subscrição com base em critérios ambientais, sociais e de governança (ASG).

A ferramenta integra consultas a 18 bases públicas oficiais, incluindo o Cadastro Ambiental Rural (CAR), áreas embargadas, unidades de conservação, terras indígenas e registros de desmatamento, permitindo uma análise mais estruturada e auditável dos riscos antes da aceitação do seguro. Entre os cruzamentos realizados, estão também as listas de empregadores autuados por trabalho escravo divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

“A solução Conformidade Socioambiental, da CNseg, apoia a gestão de riscos das seguradoras ao avaliar a conformidade socioambiental de propriedades com base em legislações, regulações e outros critérios relevantes. Voltada principalmente ao seguro rural, mas aplicável também ao contexto urbano, a solução cruza automaticamente informações de imóveis, polígonos e registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR) com diversas bases socioambientais. Com isso, as seguradoras ganham mais segurança jurídica e operacional nos processos de subscrição e renovação de apólices, além de maior transparência e responsabilidade na gestão de riscos”, afirma André Vasco, diretor da Diretoria de Serviços da CNseg.

Na prática, o sistema permite que seguradoras identifiquem irregularidades durante a contratação ou renovação de apólices, incluindo a presença de produtores ou propriedades em listas relacionadas a infrações socioambientais, o que pode levar ao bloqueio ou à revisão de contratos.

Dados do Relatório de Sustentabilidade da CNseg indicam que 68,6% das seguradoras já incorporam critérios ESG na subscrição de riscos. Além disso, 80,6% das companhias afirmam recusar a cobertura ou não renovar contratos quando identificam riscos socioambientais incompatíveis com suas políticas internas. Nesse contexto, o uso de bases públicas, ferramentas de georreferenciamento e sistemas de monitoramento contínuo tem ampliado a capacidade do setor de identificar irregularidades nas cadeias produtivas, reforçando mecanismos de controle e contribuindo para maior transparência e segurança jurídica nas operações no campo.

Fonte: CNseg, em 15.05.2026.